

LEANDRO RAMOS PEREIRA

## AS DETERMINAÇÕES ESTRUTURAIS E CONJUNTURAIS INTERNACIONAIS DA ASCENSÃO E CRISE DO PROJETO ECONÔMICO DOS GOVERNOS PETISTAS

Recebido em 15/01/2019

Aprovado em 05/10/2019

# AS DETERMINAÇÕES ESTRUTURAIS E CONJUNTURAIS INTERNACIONAIS DA ASCENSÃO E CRISE DO PROJETO ECONÔMICO DOS GOVERNOS PETISTAS

## Resumo

Este trabalho tem por objetivo apontar o papel das determinações econômicas estruturais e conjunturais internacionais da ascensão e crise do projeto econômico dos governos petistas. Tendo como base os limites das interpretações neodesenvolvimentistas, argumentaremos que, em função das características da crise estrutural e da globalização econômica, os ajustes feitos pela economia brasileira nas décadas anteriores à ordem neoliberal criaram uma espécie de “camisa de força” ante as políticas econômicas soberanas e desenvolvimentistas de fôlego. Mostraremos, por conseguinte, que o alardeado sucesso econômico do governo Lula foi condicionado por uma conjuntura comercial e financeira internacional muito excepcional. Por sua vez, a intensificação da integração dependente nesse período – ligada ao aprofundamento da subordinação da economia brasileira ao capital financeiro internacional e da especialização regressiva – asfixiou esse modelo de crescimento, condicionando a própria crise político-institucional e econômica que se abateu sobre o Brasil a partir de 2015.

**Palavras-chave:** governos do PT; crise econômica; determinações internacionais

**LEANDRO RAMOS PEREIRA**

Doutor em Economia pelo IE/ UNICAMP.

Contato eletrônico: não informado.

<https://orcid.org/0000-0002-1514-9102>

## **Abstract**

This paper aims to point out the role of international structural and economic determinations of the rise and crisis of PT's government economic project. Based on the limits of neo-developmental interpretations, we argue that, due to the characteristics of the structural crisis and economic globalization, the adjustments made by the Brazilian economy under the neoliberal order created a kind of "straitjacket" face the sovereign economic and high developmentalist policies. We show, therefore, that the exalted economic success of the Lula government was conditioned by a very exceptional international commercial and financial environment. On the other hand, the intensification of the dependent integration in this period – linked to the deepening of the subordination of the Brazilian economy to the international financial capital and the regressive specialization – stifled this growth model, conditioning the political-institutional and economic crisis that hit Brazil from 2015 onwards.

**Keywords:** PT governments; economic crisis; international determinations.

**JEL:** E2; F4; F6; N1; P1.

## Introdução

As posições melancólicas dentro do campo progressista ante o estado político e socioeconômico em que o Brasil se encontra contrastam com as narrativas otimistas e eufóricas quando do crescimento econômico e das melhorias sociais observadas principalmente durante os governos de Lula.

Naquela época, a sincronia entre a expansão da atividade econômica, a estabilidade dos preços, o aumento do consumo de massa e a redução da pobreza, era vista, por muitos, como a prova de que o Brasil, mediante políticas socioeconômicas assertivas, estava no prumo certo da superação do subdesenvolvimento. Ela endossaria a estratégia democrática e popular apoiada, no plano econômico, num projeto keynesiano/nacional, como resposta às forças econômicas ligadas à ordem neoliberal/global<sup>1</sup>. A redução dos juros, a política creditícia destinada ao consumo e a elevação do gasto público – principalmente associado aos programas sociais, ao salário mínimo e aos projetos de infraestrutura – teriam amplificado o consumo, induzindo os investimentos à expansão. Teríamos entrado numa espécie de ciclo virtuoso de crescimento, amparado na interação entre o consumo de massa, o investimento induzido, a elevação da produtividade e a expansão concomitante dos lucros e dos salários reais. Lastreados no social, estaríamos vivendo uma espécie de “Anos Dourados” à brasileira e construindo as “bases do novo desenvolvimentismo”<sup>2</sup>.

Surpreendemo-nos, à luz do tempo presente, com o resultado final e trágico da evolução dos acontecimentos a partir dos governos de Dilma e, em especial, do seu segundo mandato. Ainda que vozes pertencentes aos grupos

---

<sup>1</sup> No plano político, elas representariam a aliança entre forças políticas total ou parcialmente progressistas – movimentos sociais, classe trabalhadora, grupos industriais e “burguesia interna”. Ver, por exemplo, Boito Jr. (2012a, 2012b e 2016) e Singer (2009, 2012 e 2015).

<sup>2</sup> Mercadante (2010, p. 3), Bielschowsky (2002, p. 739), Carneiro (2010, p. 2-3), Serrano e Summa (2015, p. 4) e Medeiros (2015, p. 63). A tese de Mercadante é o exemplo mais emblemático dessas abordagens eufóricas. Em suas palavras, “depois de um longo período de incertezas e falta de perspectivas, o país viu se abrir um atalho para o futuro, com a criação de condições para a sustentação e aprofundamento de um novo ciclo de crescimento, dessa vez com uma distribuição socialmente mais abrangente dos seus benefícios, lançando as bases do Novo Desenvolvimentismo” (MERCADANTE, 2010, p. 124).

neodesenvolvimentistas mais críticos tivessem alertado quanto aos percalços econômicos pós-2010<sup>3</sup>, nem os analistas mais pessimistas esperavam o desfecho político e econômico observado em 2016 – maior recessão da história e golpe político-institucional.

Ainda que tenham existido diversas explicações correspondentes aos erros de condução de política econômica realizada por Dilma no primeiro e segundo mandatos<sup>4</sup>, as considerações de ordem política tornaram-se recorrentes. A Nova Matriz Econômica lançada por Dilma – apoiada na reconfiguração dos preços-chave da economia como os juros, o câmbio e os custos energéticos, tributários e salariais – não encontrara, segundo Carneiro (2010), suporte suficiente na sociedade para efetivar-se (p. 19). Para um grupo seleto de intelectuais<sup>5</sup>, a crise neodesenvolvimentista representou a saturação da coalizão lulista centrada numa suposta “burguesia interna” e no subproletariado. O excesso de intervencionismo cutucou a “onça com vara curta”, despertou as críticas das frações financeiras, fortaleceu o coro descontente da classe média e acentuou as contradições dentro da coalizão produtivista, cada vez mais distante do projeto industrialista de Dilma. O golpe político-institucional seria o resultado final da ruptura dessa aliança antagonônica.

Constatamos, no debate analisado, uma ambiguidade quanto às narrativas relacionadas à ascensão e crise do projeto econômico dos governos petistas. A heterodoxia da política econômica, tão responsável pelo sucesso “neodesenvolvimentista” dos governos de Lula, torna-se, nas concepções

---

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, Summa e Serrano (2015), Bresser-Pereira e Gala (2010), Medeiros (2015) e Carneiro (2010). Quanto às posições neoclássicas críticas aos governos do Lula e Dilma, ver Barbosa e Pessoa (2014), Barbosa (2015) e Mesquita (2014).

<sup>4</sup> Segundo Bresser-Pereira (2016), por exemplo, esse quadro era a consequência do populismo cambial no período pretérito, causa da intensificação da “doença holandesa” e do crescente passivo externo – crescimento amparado na poupança externa. Serrano e Summa (2015), por sua vez, argumentaram que as políticas fiscais, monetárias e macroprudenciais anunciadas já no final de 2010, a adoção da meta de superávit primário de 3,1%, o não aumento do salário mínimo, a redução do investimento público, as restrições do crédito e as isenções fiscais e tributárias em 2011 tiveram impactos negativos sobre a capacidade produtiva, levando o investimento privado ao colapso, aumentando a capacidade ociosa (p. 20-24). Para Carneiro (2017), a Nova Matriz Econômica não contou com políticas macroeconômicas consistentes, adotou políticas pouco seletivas no BNDES, usou excessivamente as desonerações e estruturou precariamente o programa de logística (p. 16).

<sup>5</sup> Boito Jr. (2012a, p. 72-77; 2012b, p. 2-6; 2016, p. 155-157) e Singer (2012, p. 92-96; 2015, p. 63-70).

consideradas, seu vilão. A tão anunciada autonomia do Estado nacional em realizar políticas indutivas ao longo dos dois primeiros mandatos revelou-se, ao longo dos dois últimos, impraticável. Se num primeiro momento, houve divergências sobre o grau de ortodoxia/heterodoxia nos governos de Lula, essas foram ressignificadas nos mandatos de Dilma a ponto de realçarem o seu caráter errático – divergências entre políticas monetárias, fiscais e industriais – e a inviabilidade social de políticas econômicas mais intervencionistas. A suposta superestimação das potencialidades do capitalismo brasileiro no período pretérito transformou-se, assim, no seu contrário.

Não há, salvo exceções, na maioria das análises sobre o tema, uma discussão de fôlego sobre os aspectos estruturais da economia mundial e seus impactos sobre o Brasil. As consequências da globalização econômica e a conjuntura econômica internacional são colocadas como um pano de fundo que, quando muito, limitam, na margem, as possibilidades de políticas indutivas, mas que não tiram a autonomia do Estado em realizar políticas econômicas heterodoxas. O aspecto dependente da economia brasileira perde ênfase em prol de uma conjuntura econômica favorável com base no ciclo das *commodities* e na descoberta do pré-sal. Consequentemente, as restrições externas deixam de ser, nos marcos da globalização e do neoliberalismo, o elemento determinante da dinâmica econômica das economias nacionais periféricas. As narrativas se desenvolvem como se as reformas dos anos 1990 não tivessem existido e nem restringido os centros internos de decisão, assim como se a burguesia dos negócios brasileira não tivesse se atrelado à forma financeirizada de acumulação capitalista em escala global.

Por conseguinte, este artigo tem por objetivo elucidar essas faltas existentes no debate sobre a ascensão e crise do projeto econômico dos governos do PT. Propomo-nos avaliar seu auge e sua queda em função das determinações econômicas internacionais nos planos estruturais e conjunturais. No primeiro tópico realçaremos transformações estruturais sofridas pela economia mundial e o ajuste da economia brasileira ao longo das últimas décadas. No segundo tópico analisaremos a conjuntura econômica internacional, os impactos e as

consequências sobre a economia brasileira entre 2003 e 2016. Por fim, teceremos algumas considerações finais correspondentes às análises apresentadas.

## **I. O quadro estrutural**

### **I.1. Crise estrutural e enfraquecimento dos Estados nacionais**

A economia mundial contemporânea é caracterizada pela profunda integração produtiva, comercial e financeira e pelos impasses socioeconômicos e ambientais enfrentados pelo sistema capitalista. Eles correspondem à crise socioambiental, ao desemprego estrutural mundial e ao antagonismo entre o desenvolvimento global das forças produtivas, a universalização das relações mercantis e a inexistência de uma superestrutura unificada de comando supranacional capaz de sincronizar o movimento contraditório, autoexpansivo e totalizador do capitalismo mundializado. A crise estrutural é identificada, por conseguinte, pela incontrolabilidade do capital global<sup>6</sup>.

No plano histórico, ela é a consequência da mundialização da trajetória de desenvolvimento civilizacional apoiada no padrão de consumo estadunidense, universalizada pela estratégia de construção de seu poder global desde o pós-guerra<sup>7</sup>. A consolidação do seu poder estrutural, a formação do mercado global e a transnacionalização das grandes corporações unificaram as relações socioeconômicas mundiais e impuseram relevantes transformações estruturais nas últimas décadas do século XX<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Ver Mészáros (2002).

<sup>7</sup> Os Estados Unidos consolidaram seu poder estrutural aumentando o controle sobre os parâmetros definidores da forma como Estados e corporações atuam no mercado global, tornando-se o centro irradiador do progresso técnico e guardiões da “livre iniciativa” pelo mundo – sob o discurso de garantidores do “mundo livre”. Eles se realizaram pela replicação do padrão tecnológico e de consumo estadunidense nas economias centrais, pelo crescimento acelerado do comércio internacional acima do próprio PIB, pelas políticas seletivas e progressivas de liberalização comercial, pela consolidação do dólar como moeda chave nas transações comerciais e financeiras internacionais, pela adoção da conversibilidade nas transações monetárias e comerciais entre países e capitais e pela internacionalização das corporações, estimulada pela expansão do investimento direto estadunidense e via mundialização das finanças ao redor do dólar.

<sup>8</sup> Furtado (1987, p. 102-103), Panitch e Gindin (2012, p. 11-12, 115-116), Mészáros (2002, p. 254) e Strange (1987, p. 553-554).

No âmbito produtivo, o acirramento da concorrência intercapitalista e o movimento internacional de concentração e centralização causaram o deslocamento da produção para regiões com baixíssimos custos fiscais e trabalhistas, elevaram a importância dos investimentos diretos externos na dinâmica econômica mundial, estimularam escalas transcontinentais de produção, aguçaram o processo de automação, ampliaram o comércio intrafirma e contribuíram para a ascensão das cadeias globais de valor e modelos de produção *outsourcing*.

No plano financeiro, as desregulamentações e liberalizações financeiras, o crescimento das praças financeiras nacionais e internacionais, as inovações tecnológicas e financeiras, a amplificação dos mercados monetários e de capitais, a ascensão dos investidores institucionais, o processo de securitização e o desenvolvimento do mercado de derivativos aceleraram a mobilidade espacial, temporal e morfológica do capital e intensificaram o processo de financeirização<sup>9</sup>.

O resultado foi a emergência das corporações transnacionais enquanto as principais instituições gestoras e organizadoras do modo de produção da vida material em nível planetário, a acentuação das relações de poder e dominação interestatal e o enfraquecimento dos Estados nacionais<sup>10</sup>. O controle dos meios de reprodução da economia mundial – tecnologia de produção, capital de financiamento e comercialização de produtos industriais e primários –, o movimento de maximização global dos lucros e a ampliação permanente dos mercados pelas corporações produziram uma divisão hierárquica internacional do trabalho semelhante à divisão vertical observada na empresa global: controle financeiro e tecnológico nos países centrais, produção industrial em larga escala em alguns países “emergentes” asiáticos – em especial na China – e comoditização para a maioria dos países periféricos.

---

<sup>9</sup> Ver Chesnais (1996) e Braga *et alii* (2017).

<sup>10</sup> Vistos enquanto instituições político-administrativas territoriais com autonomia relativa, capazes de mediar meios e fins socioeconômicos.



As corporações transnacionais ampliaram suas rendas provenientes das atividades internacionais, expandiram o escopo de atuação para além das fronteiras nacionais, impuseram um novo padrão de relações sindicais e trabalhistas, contribuíram com distorções econômicas mediante fixação de preços e evasão de impostos e limitaram a possibilidade de integração industrial em consonância com a expansão das atividades exportadoras. Se, por um lado, a “racionalidade” econômica e a projeção de cálculo capitalista transcenderam o horizonte de planejamento nacional, por outro, os custos, as políticas de preços, o padrão de financiamento e os planos de expansão vincularam-se a parâmetros estabelecidos pela concorrência oligopolista mundial<sup>11</sup>.

A eficácia da política econômica foi comprometida. A financeirização e a mundialização financeira reduziram, na margem, a capacidade da política monetária em regular a liquidez interna. Os fluxos especulativos de capitais, por sua vez, restringiram a capacidade de estabilização das taxas de câmbios pelos bancos centrais. No plano fiscal, a mobilidade espacial das corporações transnacionais eliminou a eficácia dos governos em estabelecer políticas tributárias progressivas e socialmente distributivas. A mobilidade dos fluxos de capitais e a expansão da dívida pública limitaram a capacidade de geração de déficit público como instrumento contracíclico necessário à manutenção do nível de demanda efetiva e, portanto, do emprego e da renda. A crescente importância do comércio internacional e os limites das políticas aduaneiras criaram a tendência ao aumento do peso das importações nas contas nacionais, amplificando o impacto do balanço comercial sobre o produto interno das economias nacionais, acentuando as restrições externas às políticas monetárias e fiscais expansionistas. O mercado interno, por sua vez, subordinou-se às exigências da concorrência externa e às necessidades de ampliação permanente das exportações.

---

<sup>11</sup> Barnett e Muller (1974, p. 14-34), Michalet (1983, p. 116-117 e 249), Hymer (1972, p. 4-50) e Furtado (1987, p. 36-37).

Observamos, por consequência, a acentuação da instabilidade capitalista – caracterizada por ciclos curtos de expansão eufórica e retração melancólica – e a ingovernabilidade do capital global. Incapacitados de edificarem a necessária superestrutura de comando planetário do capital – haja vista a intransponibilidade dos Estados capitalistas –, os Estados imperialistas reforçaram mecanismos extraeconômicos de dominação e coerção – militar, cultural, diplomático e ideológico –, aprofundando a contradição entre a universalização do império do capital e a aparição de mobilizações e conflitos sociais e geopolíticos ligados às desigualdades e crises socioeconômicas e regionais. O neoliberalismo, portanto, antes de ser uma escolha possível, tornou-se a política necessária do capital financeiro e dos países capitalistas avançados, destinado a ajustar os Estadosperiféricos e a economia mundial aos novos parâmetros de valorização e acumulação do capital<sup>12</sup>. A consequência não foi outra senão o enfraquecimento dos Estados nacionais.

## **1.2. O ajuste brasileiro e seus impactos**

Esse quadro estrutural global está por detrás das profundas transformações sofridas pela economia brasileira durante os anos 1990. Elas foram condicionadas pela própria crise do padrão de acumulação pretérito, caracterizado pela industrialização por substituição de importações. Apesar de centrado no mercado interno, esse modelo gerou, como consequência de longo prazo, uma economia com elevada tendência à estagnação e concentração de renda, uma significativa dependência cultural, tecnológica e financeira frente aos centros capitalistas e uma burguesia dependente, ligada a setores comerciais, financeiros, agropecuários e industriais de baixo valor agregado – subordinada aos desígnios da modernização e às estratégias de acumulação do capital internacional<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Wood (2005, p. 3-5, 124-135) e Mészáros (2002, p. 119).

<sup>13</sup> Ver Furtado (1980), Prado Jr.(1966) e Sampaio Jr. (1999).

A crise desse padrão de acumulação e as transformações internacionais supracitadas criaram uma Nova Dependência e engendraram mudanças na estrutura patrimonial e no padrão de riqueza da burguesia brasileira – patrocinadas pelo Estado. Acompanhada pelo movimento de mundialização financeira iniciado em meados dos anos 1960, as reformas financeiras de 1964 inauguraram o movimento de financeirização precoce da economia brasileira. Além de abrir a economia aos fluxos financeiros dos mercados *offshore* – possibilitando a captação de recursos externos por agentes privados e públicos –, as reformas criaram mecanismo de indexação financeira, protegendo a burguesia brasileira das desvalorizações cambiais e das acelerações inflacionárias no período. Como consequência, observamos o crescimento desproporcional de ativos financeiros de curto prazo – as quase-moedas – com elevada rentabilidade e liquidez durante as décadas de 1970 e 1980. Este movimento foi acompanhado, quando da crise da dívida, pelo processo de estatização da dívida externa dos agentes privados, transformando-os em credores do crescente passivo estatal<sup>14</sup>.

A adoção do modelo neoliberal nos anos 1990, por conseguinte, apesar dos impactos negativos sobre a estrutura produtiva brasileira, encontrou, no plano econômico, terreno fértil para realizar-se. Salva da crise do padrão de acumulação pretérito e atrelada ao padrão global de avaliação da riqueza financeira/patrimonial lastreada no dólar, a burguesia brasileira ajustou-se aos novos parâmetros econômicos globais e permitiu que a nova onda de modernização aprofundasse ainda mais a dependência financeira e tecnológica e estreitasse os centros internos de decisão. Transformada em burguesia dos negócios, coube à elite brasileira abdicar da indústria de transformação em troca da ciranda financeira associada à crescente dívida pública, da comercialização do patrimônio nacional e das vantagens comparativas ligadas ao agronegócio e à indústria extrativa<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Ver Moura da Silva (1979), Cruz (1995), Tavares (1977) e Belluzzo e Almeida(2002).

<sup>15</sup> Sampaio Jr.(2007, p. 147-148).

As aberturas comerciais e financeiras deixaram a economia brasileira ainda mais exposta aos ciclos de valorização e especulação global. No plano financeiro, observamos entre as décadas de 1980 e 2000 a redução das barreiras à entrada e saída de capitais, seja para residentes, seja para não residentes<sup>16</sup>. No plano comercial/produtivo, observamos a queda significativa das barreiras alfandegárias – redução das tarifas nominais de 24,7% para 8,6% entre 1980 e 2007 – e o impacto negativo da formação das cadeias globais de valor sobre a indústria brasileira – redução da indústria no PIB, queda do valor adicionado industrial, especialização regressiva, reprimarização da pauta exportadora, aumento do conteúdo industrial importado e desnacionalização<sup>17</sup>.

Os ajustes estruturais ligados ao projeto neoliberal, além de causarem uma crise fiscal e financeira crônica – elevação substancial da dívida pública e de seus encargos –, também restringiram sobremaneira a capacidade do Estado brasileiro intervir sobre a economia. Por meio do Programa Nacional de Desestatização iniciado em 1991, foram privatizadas, até 2002, 165 empresas federais e estatais, dentre as quais se destacam os setores siderúrgicos, químicos, petroquímicos, elétricos, portuários, ferroviários, de mineração, telecomunicações, de informática e financeiros<sup>18</sup>. Apesar de manter poucas empresas de grande porte – como os bancos federais, Eletrobras e Petrobras –, o Estado perdeu os instrumentos, as empresas públicas e a capacidade de planejamento, coordenação e execução necessários para comandar – substancial e permanentemente – a taxa de investimento da economia<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> Ver D'Angelo (2011).

<sup>17</sup> Ver Espósito (2016). Segundo LaplaneeSarti (2002), as empresas estrangeiras, que representavam 30% das 500 maiores empresas no Brasil em 1989, eram, em 2000, 45,8% das mesmas e vendiam, no período, 56% de toda a quantidade produzida.

<sup>18</sup> Ver IBGE (2004), BNDES (<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao>), e Soares (2004).

<sup>19</sup> Carneiro (2017, p. 24).

O resultado macroeconômico dos ajustes estruturais realizados na economia brasileira – com base nas transformações globais – foi a supressão da já precária autonomia do capitalismo brasileiro e a vinculação de sua dinâmica aos surtos globais de expansão modernizadora e retração regressiva. Mais aberta à competitividade transnacional e aos fluxos de capitais especulativos, com uma estrutura industrial regredida, sujeita a estrangulamentos externos e subordinada às exigências de valorização da dívida pública referenciada ao dólar, a política econômica aprisionou-se numa espécie de camisa de força – atada pelo tripé macroeconômico desde 1999 e pelo compromisso de solvência dos contratos da dívida em moeda forte.

Sem bases materiais, tecnológicas e financeiras adequadas e carente de centros internos de decisão, as estratégias heterodoxas/keynesianas resultam, ao longo do tempo, em desequilíbrios externos – déficits em transações correntes e comerciais –, crises cambiais, fugas de capitais e aceleração inflacionária. Subordinadas ao império do capital global, as políticas neoclássicas geram, na periferia do sistema, retração do PIB, queda do gasto autônomo estatal, redução dos salários reais, aumento das desigualdades socioeconômicas e explosão da dívida pública.

Configurou-se, portanto, o padrão de acumulação e dominação ancorado na segregação social e na dependência externa em direção à reversão neocolonial. Amparado na dívida pública, na inserção financeira dependente, na espoliação dos recursos naturais e na ânsia de modernização, o padrão compósito de dominação burguês está politicamente unificado e economicamente comprometido à ordem econômica mundial.

É um equívoco, portanto, relacionar o crescimento econômico durante os governos petistas à retomada de um projeto de desenvolvimento com base numa suposta ruptura com o neoliberalismo global e associado a uma hipotética burguesia atrelada ao mercado interno – ou a um intervencionismo nacional-keynesiano. Pelo contrário, esse modelo apoiou-se na ordem global, na burguesia dos negócios e na excepcionalidade do crescimento mundial para realizar seus objetivos de curto prazo. Este fato é comprovado pelo

peso do agronegócio e das *commodities* sobre a sustentabilidade do crescimento econômico, pelas aberturas financeiras, pelas elevadas entradas de capitais no país, pelos consequentes recordes de valorização dos mercados financeiros nacionais, pela expansão do passivo externo, pela valorização especulativa cambial, pelo crescimento do coeficiente de abertura, pela agonia industrial, pela imutabilidade da estrutura produtiva e ocupacional, pela precarização dos novos postos de trabalho criados e pelo aumento da desigualdade funcional da renda – segundo a metodologia apoiada na declaração dos impostos de renda – no período<sup>20</sup>.

## 2. A conjuntura internacional

Em que pese a emergência de um partido de esquerda ao posto máximo do executivo federal, cabe realçar que o governo Lula ascendeu num contexto econômico internacional excepcional. A aceleração do comércio internacional e o *boom* de liquidez mundial propiciaram um elevado crescimento econômico entre 2003 e 2007 e aprofundaram a integração desigual e combinada entre os países – nos planos comercial, produtivo e financeiro.

A expansão do crédito e do déficit comercial dos países avançados – em especial dos Estados Unidos – e a ascensão e maior integração da economia chinesa à economia global permitiram que o comércio mundial crescesse mais rápido que o produto<sup>21</sup>. Enquanto as exportações mundiais expandiram 8,21% a.a. entre 2003 e 2007, o PIB mundial cresceu 4,07% a.a. no período. Por conseguinte, o coeficiente de abertura mundial saiu do patamar de 31,48% e alcançou os 39,56% entre 2002 e 2010<sup>22</sup>.

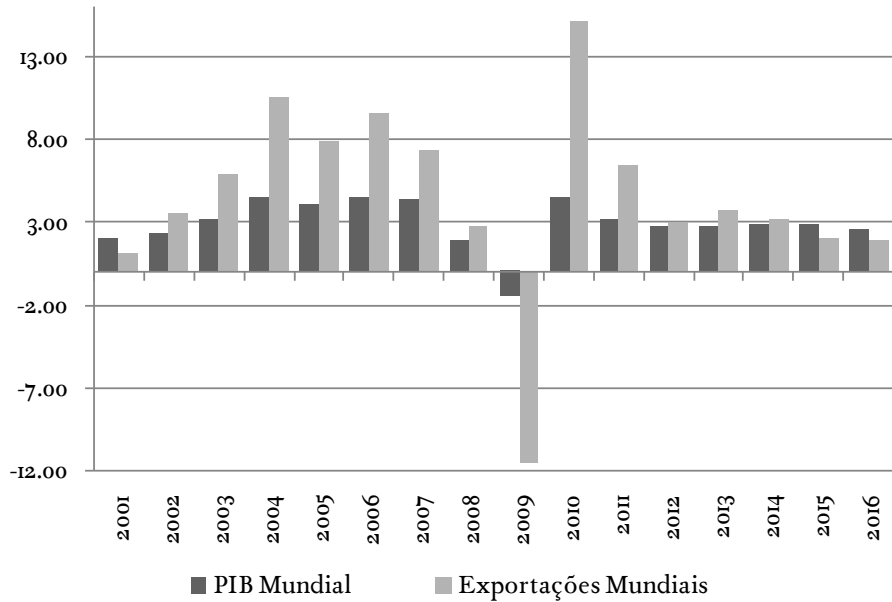
---

<sup>20</sup> Sampaio Jr. (2012, p. 682; 2007, p. 147-148) e Gonçalves (2012, p. 27; 2014, p. 7-22).

<sup>21</sup> Roubini(2006) e OECD (2013, p. 8-19).

<sup>22</sup> Enquanto as exportações estadunidenses e chinesas cresceram, respectivamente, 6,90% a.a. e 25,86% a.a. entre 2002 e 2007, o PIB desses países cresceram 2,87% a.a. e 11,65% ao ano.

**Gráfico I. Taxa de crescimento do PIB e do comércio mundial (%)**



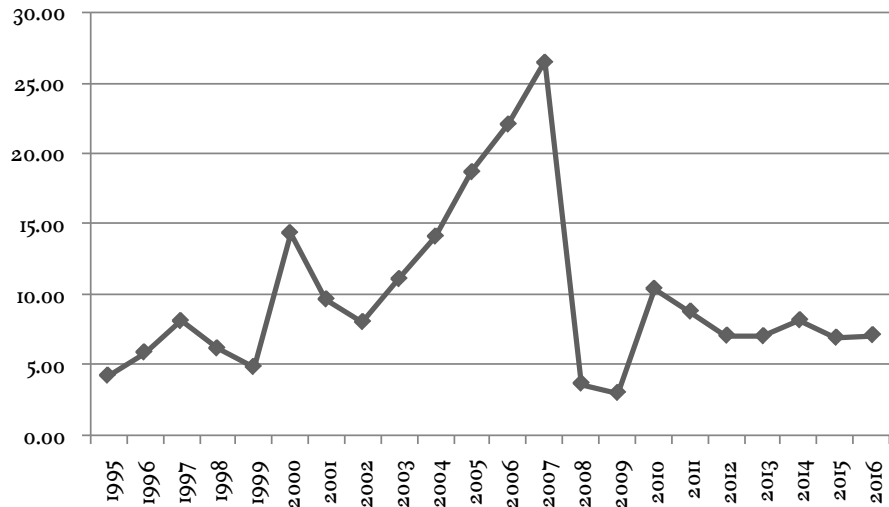
Fonte: FMI-DATA. Elaboração própria.

Estimulada pela expansão do crédito, pelo boom imobiliário e pelo crescimento dos mercados de títulos, ações e derivativos nos países capitalistas avançados – em especial nos Estados Unidos<sup>23</sup> –, os fluxos internacionais de capitais tiveram um crescimento impressionante entre 2002 e 2007, saindo de um patamar de 8,05% e alcançando 26,8% do PIB mundial em apenas seis anos – crescimento real anual médio de 36,7% entre 2003 e 2007<sup>24</sup>.

<sup>23</sup> Roubini(2006) e KPMG (2017, p. 7-10).

<sup>24</sup> Calculado pelo Índice de Preços ao Consumidor estadunidense com base nos valores de 2016.

**Gráfico 2. Fluxos de capitais em relação ao PIB mundial (%)**



Fonte: FMI-DATA. Elaboração própria.

As economias sul-americanas foram agraciadas tanto pela expansão do comércio mundial quanto pela elevação dos preços das *commodities*. As exportações reais sul-americanas cresceram 7,42% a.a. entre 2003 e 2007 e as brasileiras aumentaram 10,45% a.a. no mesmo período. No caso brasileiro, os termos de troca elevaram-se, aproximadamente, 4,12% a.a. entre 2003 e 2011. Ancoradas na estratégia de mimetização dos padrões de consumo e inseridas na nova divisão internacional do trabalho, as economias sul-americanas, e em especial a brasileira, aprofundaram sua participação dependente na ordem econômica global, seja como produtoras de *commodities*, seja como importadoras de bens industriais. A ascensão da economia chinesa e sua forte demanda por *commodities* contribuíram significativamente para a reprimarização da pauta exportadora brasileira. Se em 2003 a participação dos produtos primários e manufaturados baseados em recursos naturais representava 54,4% das exportações brasileiras, elas atingiram quase 66,7% em 2010. Os bens manufaturados de alto, médio e baixo valor agregado



aumentaram sua participação no total de bens importados pela economia brasileira de 40,6% para 46,10% no mesmo período. Consequentemente, a elevação do coeficiente de abertura da economia brasileira no período – de 14,09% para 19,25% entre 2002 e 2010 – reforçou nossa integração dependente à ordem econômica internacional<sup>25</sup>.

Mas para além do ciclo comercial, um dos aspectos mais característicos do período foi a entrada maciça de capitais na América do Sul, e em especial no Brasil. Os fluxos de capitais – entradas líquidas –, que representavam, respectivamente, 0,59% e 1,71% do PIB em 2001, alcançaram o patamar de 8,28% e 8,90% em 2007 – numa fase de acelerado crescimento econômico. No caso brasileiro, o crescimento foi expressivo: de um montante de US\$ 2,458 bilhões em 2002, as entradas líquidas de capital alcançaram os US\$ 124,367 bilhões em 2007 – crescimento real anual médio espetacular de 113,04% ao ano<sup>26</sup>. Ainda que parcela significativa da entrada dos fluxos de capitais tenha se destinado a investimentos diretos mediante participação no capital – principalmente ações –, cabe mencionar que num contexto de financeirização, integração, desregulamentação, inovações e liberalização financeira – aprofundada durante também no governo Lula<sup>27</sup> –, a maior mobilidade de capitais não se restringe exclusivamente aos ativos de curtíssimo prazo. Por conseguinte, a elevada entrada de capitais no país intensificou a vulnerabilidade externa brasileira. Embora tenhamos acumulado US\$ 288,6 bilhões em reservas internacionais em 2010, elas não foram suficientes para conter o crescimento expressivo do passivo externo – líquido e financeiro – durante o período<sup>28</sup>.

---

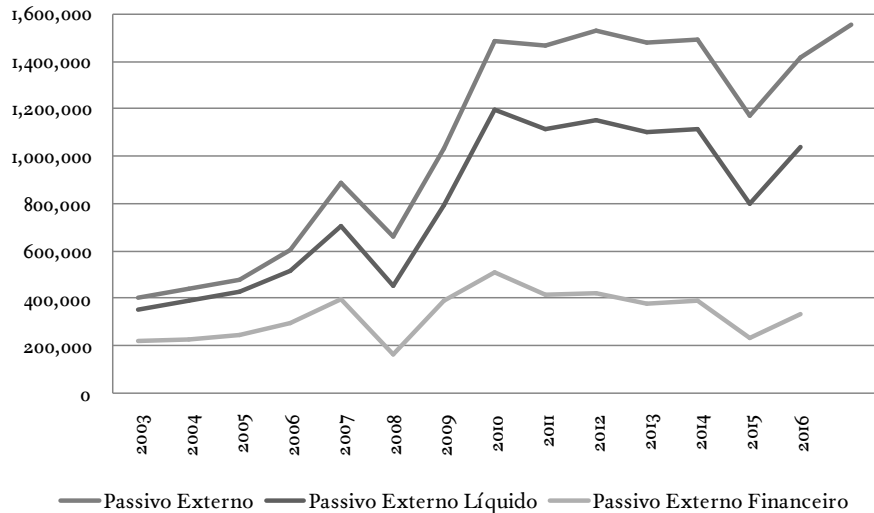
<sup>25</sup> Ver Henriques(2015).

<sup>26</sup> Idem.

<sup>27</sup> Segundo D'Angelo (2011), houve, durante o governo Lula, aproximadamente 18 circulares e resoluções do Banco Central relacionadas a medidas de liberalização financeira, destacando-se a facilidade de captação e remessas de capital no exterior, a eliminação do aval do Banco Central para a transferência de recursos entre fronteiras, a permissão para instituições financeiras e não autorizadas a operar com o câmbio efetuarem transferências unilaterais e compra e venda de moeda estrangeira na modalidade câmbio manual e a permissão para não repatriar o ativo alienado no exterior (p. 47-58)

<sup>28</sup> Passivo externo líquido é a diferença entre o passivo externo e as reservas internacionais. No passivo externo financeiro subtraem-se as entradas de capitais rubricadas como investimento direto externo. Para a discussão sobre a diferença entre passivo externo líquido e financeiro, ver Gonçalves (2012).

**Gráfico 3. Passivo externo brasileiro (US\$ milhões)**



Fonte: IPEA-DATA. Elaboração própria.

Foi, portanto, no contexto de aceleração do crescimento econômico mundial, com base no aprofundamento da integração comercial dependente e subordinada ao megaciclo de liquidez global, que a economia brasileira – e sul-americana – acelerou seu crescimento na década de 2000. A ascensão do governo Lula se deu justamente no início da fase ascendente do ciclo econômico mundial. O respeito aos contratos financeiros, o compromisso com o tripé macroeconômico, a elevação da meta de superávit primário e a ascensão das taxas de juros permitiram que as exportações se tornassem o vetor do crescimento, que a inflação desacelerasse e que os capitais voltassem ao país – com muito mais força.

O *drive* exportador, a suposta melhoria dos “fundamentos econômicos” e os elevados juros colocaram o Brasil dentro do turbilhão especulativo global. Os fluxos de capitais e a integração dependente, num contexto de aceleração econômica mundial, foram os avalizadores do consumo, do crédito e do gasto público – em especial os gastos sociais e transferências. Amparado pela apreciação cambial e pelo aumento do coeficiente de abertura, o estímulo à demanda agregada foi acompanhado pela desaceleração inflacionária e

pelo aumento dos salários reais. O efeito pró-cíclico das receitas e da dívida pública, por sua vez, permitiu que o crescimento fosse acompanhado pela manutenção do superávit e pela redução da relação dívida/PIB, alimentando ainda mais a entrada de capitais no país e a modernização dos padrões de consumo<sup>29</sup> – não obstante a queda do saldo comercial e das transações correntes a partir de 2006.

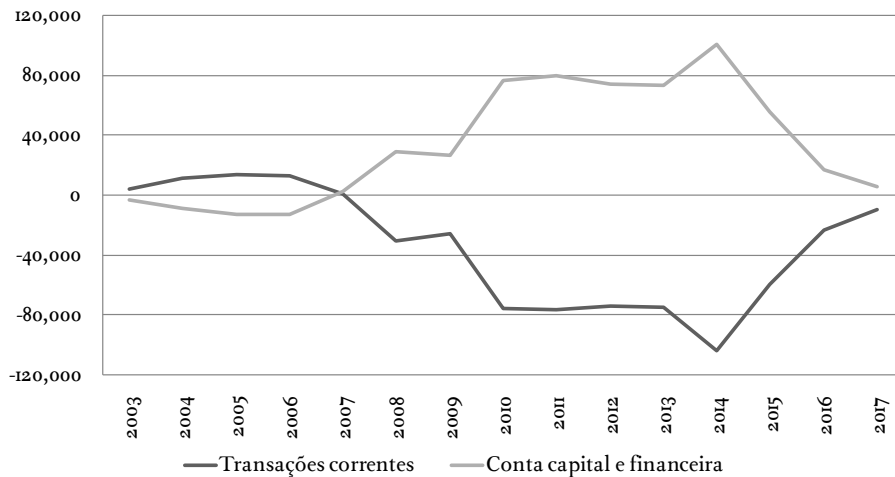
A piora das contas externas e a “metástase” da crise global foram as principais características internacionais do segundo mandato de Lula<sup>30</sup>. O saldo comercial, que atingira um pico de 45,12 bilhões de dólares em 2005, caiu para 18,49 bilhões em 2010. Por sua vez, o superávit em transações correntes, que alcançara o patamar de US\$ 13,55 bilhões em 2005, atingiu um déficit de US\$ 75,82 bilhões em 2010. Mas o surto especulativo internacional e a euforia econômica interna estimularam a entrada de capitais no Brasil até 2014, financiando este déficit.

---

<sup>29</sup> Consideramos como crescimento apoiado na modernização dos padrões de consumo aquele cujo objetivo é atualizar a mimetização do modo de vida oriundo dos países centrais sem a necessária internalização dos padrões e processos produtivos e sem considerar as necessidades básicas e elementares da coletividade. Apesar do aumento da renda e do consumo de bens duráveis e semi-duráveis realizado pelas camadas sociais inferiorizadas, esse processo efetuou-se sem romper com as características estruturais do subdesenvolvimento – correspondentes à dupla articulação entre dependência e segregação social –, aprofundando, como veremos, a integração subalterna. Para mais detalhes quanto ao conceito de modernização dos padrões de consumo, ver Furtado (1980).

<sup>30</sup> Sampaio Jr. (2011, p. 87-88).

**Gráfico 4. Transações correntes e conta capital e financeira (US\$ milhões)**



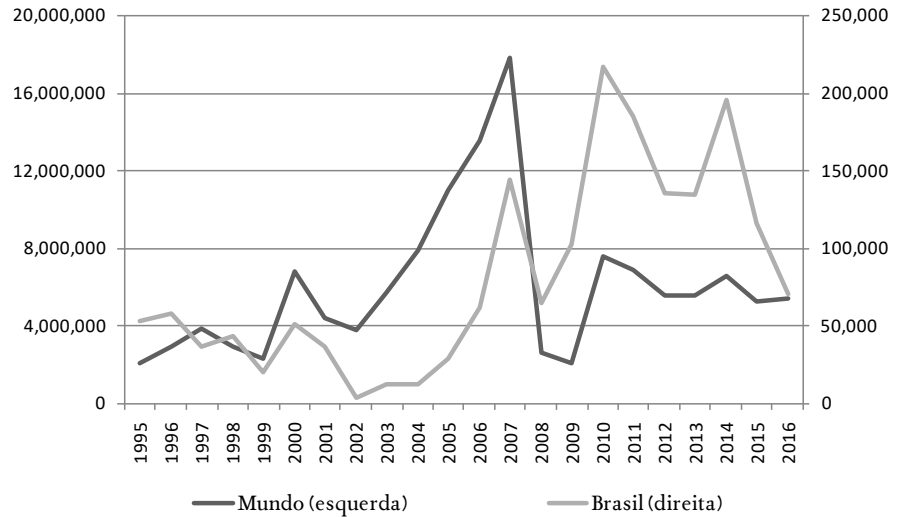
Fonte: IPEA-DATA. Elaboração própria.

Apesar da drástica recessão global entre 2008 e 2009, os fluxos de capitais voltaram a crescer em 2010, em razão da injeção de liquidez e da política de *quantitative easing* realizadas pelas economias capitalistas avançadas – em especial pelo Fed e Tesouro estadunidenses – no período<sup>31</sup>. Estimulados pelo diferencial de juros e pela estratégia de *carry trade*, o capital internacional voltou à periferia ainda mais forte do que antes<sup>32</sup>. O gráfico 5 demonstra que, enquanto as entradas líquidas mundiais voltaram a crescer abaixo do pico de 2007, no caso brasileiro, elas superaram o valor daquele ano. Os fluxos de capitais, que estavam em US\$ 124,367 bilhões em 2007 – 8,09% do PIB –, alcançaram, em 2010, o valor de US\$ 197,067 bilhões – 8,92% do PIB. Enquanto as entradas líquidas se desaceleravam no mundo, elas atingiram, no Brasil, o seu pico em 2010 – em termos reais<sup>33</sup>. Ainda que as entradas líquidas de capitais tenham se elevado em 2014, elas têm característica excepcional, haja vista as posições reduzidas dessas entradas nos anos pretéritos e posteriores.

<sup>31</sup> Roubini (2010) e Matthews (2015, p. 62-83).

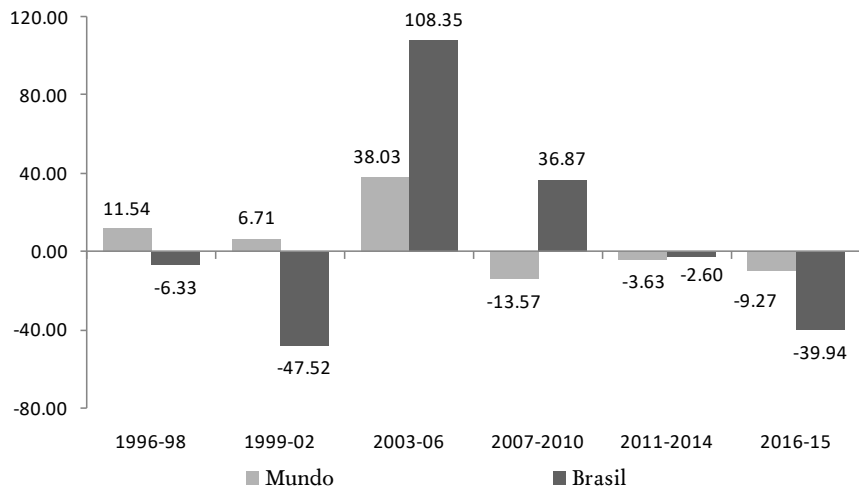
<sup>32</sup> Rossi (2010, p. 31-60).

**Gráfico 5. Fluxos de capitais mundiais e brasileiros (US\$ milhões)**



Fonte: FMI-DATA. Elaboração própria.

**Gráfico 6. Taxa de crescimento dos fluxos de capitais (%)**



Fonte: FMI-DATA. Elaboração própria.

<sup>33</sup> Calculado pelo Índice de Preços ao Consumidor estadunidense com base nos valores de 2016.

Pois bem, o quadro econômico excepcional reverteu-se a partir de 2011, ano de ascensão de Dilma à presidência da república. Observamos a desaceleração de todos os indicadores econômicos internacionais a partir de então. No quadriênio compreendido entre 2011 e 2014, o PIB mundial cresceu apenas 2,88% a.a. – 1,54% a.a. nos países capitalistas avançados –, as exportações e importações mundiais desaceleraram para 4,04% a.a. e 3,92% a.a., respectivamente, e os fluxos de capitais caíram a uma taxa de 3,63% ao ano. No caso brasileiro, as exportações, que alcançaram uma taxa de crescimento médio anual de 11,72% entre 2003 e 2006, estagnaram entre 2011 e 2014 – 0,90% ao ano. Os fluxos de capitais, por sua vez, que cresceram 108,35% a.a. entre 2003 e 2006, reduziram-se a uma taxa média anual de 2,60% entre 2011 e 2014.

**Tabela 1. Balança comercial e taxa de crescimento real médio anual do PIB, das exportações e das importações (%)**

Países	Taxa de Crescimento do PIB				Taxa de Crescimento das Exportações				Taxa de Crescimento das Importações				Balança Comercial/ PIB			
	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015-2016	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015-2016	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015-2016	2006	2010	2014	2016
"Avançados"	2.70	0.49	1.54	1.90	6.86	1.86	3.54	2.44	7.18	0.80	2.91	2.83	-1.24	-1.17	-0.82	-0.35
Estados Unidos	3.15	0.29	1.97	2.10	6.75	3.49	4.40	-0.02	7.14	-1.31	3.43	2.81	-6.04	-4.77	-4.32	-4.05
"Emergentes e em Desenvolvimento"	7.40	6.17	5.27	3.92	11.88	4.92	4.89	1.14	12.97	6.95	5.83	0.82	4.86	2.50	2.04	1.09
"Emergentes Asiáticos"	9.44	9.33	7.39	6.58	17.50	7.76	6.87	0.50	15.45	8.73	6.69	3.10	4.96	0.96	2.13	2.58
"Emergentes Asiáticos" sem a China	6.90	6.43	5.82	6.09	8.64	3.49	5.26	2.05	11.01	6.46	5.45	4.10	1.25	-2.84	-2.48	-1.60
China	11.02	10.88	8.12	6.80	27.50	10.69	7.76	-0.33	20.78	10.81	7.69	2.33	7.77	3.04	4.13	4.40
América Latina e Caribe	4.65	3.52	2.81	-1.06	7.39	1.02	3.22	2.51	9.67	6.03	4.80	-1.93	3.06	1.16	-0.22	0.13
América do Sul	4.43	4.24	2.95	-2.94	7.93	0.38	0.97	1.06	13.31	9.73	4.12	-9.32	6.39	2.45	0.76	1.76
América do Sul sem o Brasil	5.96	3.66	3.92	-1.83	5.72	0.58	1.01	-0.47	16.86	7.73	4.85	-6.28	9.07	4.48	2.14	1.01
Brasil	3.50	4.60	2.34	-3.68	11.72	0.07	0.90	3.35	8.42	12.82	3.08	-14.01	4.19	1.05	-0.27	2.50
Mundo	3.99	2.28	2.88	2.67	8.44	2.93	4.04	1.95	8.69	2.68	3.92	2.10	0.05	0.17	0.31	0.21

Fonte: FMI-DATA. Elaboração própria.

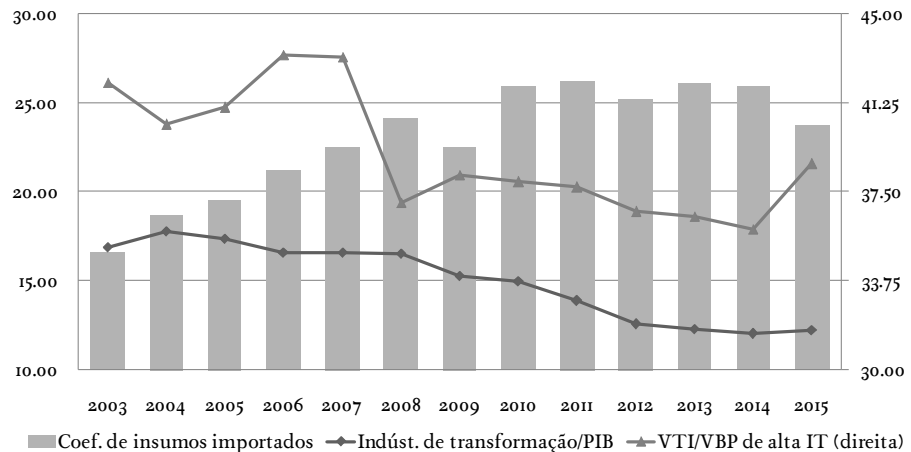
A reversão do contexto internacional explicitou as contradições do projeto econômico dos governos petistas. O crescente passivo externo, a apreciação cambial, a aceleração inflacionária, o elevado déficit em transações correntes e a rápida redução do saldo comercial indicavam que o modelo de crescimento apoiado na modernização dos padrões de consumo com base na integração comercial e financeira dependente chegava a uma espécie de “beco sem saída”. Por um lado, o governo Dilma precisava manter os compromissos de estabilidade e solvência firmados pelo PT desde a Carta ao Povo Brasileiro; por outro, ele precisava dar alguma resposta ao impacto da desaceleração econômica mundial sobre a economia brasileira. A adoção de uma política econômica mais ortodoxa poderia antecipar a crise global e o desajuste fiscal, reduzindo, entretanto o patamar inflacionário. A adoção de uma política mais heterodoxa poderia aumentar o déficit em conta-corrente e acelerar o patamar inflacionário, reduzindo as reservas e a capacidade de solvência da economia brasileira.

As políticas econômicas híbridas e erráticas realizadas por Dilma foram, portanto, tentativas conciliatórias de contornar as contradições intransponíveis. Nem os ajustes fiscais, a elevação das taxas de juros até julho de 2011 e as medidas creditícias macroprudenciais e nem o “ensaio desenvolvimentista” foram capazes de reverter a desaceleração econômica brasileira a partir de 2012. O problema não esteve relacionado nem a uma suposta guinada desenvolvimentista como apontada pelos neoclássicos, nem à falta de uma estratégia industrialista, como propalada por alguns neodesenvolvimentistas. Ainda mais integrada à ordem global, as políticas erráticas de Dilma explicitaram a incapacidade da política econômica de reverter o impacto da crise global sobre a economia brasileira.

Em que pese o voluntarismo do “ensaio desenvolvimentista”, foi onírico acreditar que exonerações fiscais e políticas cambiais pudessem impulsionar a indústria brasileira internacionalmente, num contexto de desaceleração do comércio mundial, de estabilização do consumo agregado e do gasto público e de aprofundamento das estratégias concorrenciais globais

– em especial a chinesa, haja vista sua crescente capacidade ociosa e a sua agressividade exportadora em bens industriais com maior conteúdo tecnológico<sup>34</sup>. E ainda que Dilma tenha travado uma “guerra dos juros” com os bancos privados, a reversão das políticas de *quantitative easing* pelo Fed em 2013 – num contexto de retração dos fluxos de capitais e aceleração inflacionária – foi suficiente para findar o curtíssimo “ensaio desenvolvimentista” do governo<sup>35</sup>.

**Gráfico 7. Participação da indústria de transformação no PIB, coeficiente de insumos importados e valor da transformação industrial sobre o valor bruto da produção dos setores de alta intensidade tecnológica (%)**



Fonte: IPEA-DATA; CNI e PI-IBGE. Elaboração própria.

<sup>34</sup> Em que pese a ascensão da China como nova potência econômica, cabe destacar que ela não se contrapõe, mas realça os efeitos deletérios da ordem global, aprofundando o movimento de financeirização mediante a compra maciça de ativos financeiros pelo mundo – em especial títulos do Tesouro Estadunidense –, tornando-se a indústria do mundo amparada na superexploração do trabalho, estimulando o livre comércio com sua entrada na OMC e aprofundando a crise ambiental com base na replicação do modo de vida estadunidense.

<sup>35</sup> Roubini (2017), KPMG (2017, p. 16), Medeiros (2010, p. 8-9), Carneiro (2017, p. 10-12) e Macedo e Silva (2010, p. 25).



As informações disponíveis no gráfico acima são conclusivas. Durante os governos do PT, a participação da indústria de transformação no PIB caiu constantemente, alcançando o patamar de 12,24% em 2015. O conjunto de estímulos à produção nacional realizado no breve “ensaio desenvolvimentista” não foi suficiente para reverter nem a crescente penetração de insumos importados – aumento do coeficiente de 16,60% para 25,90% entre 2003 e 2014 – nem a redução do valor da transformação industrial ante o valor bruto da produção dos setores de maior intensidade tecnológica. Do contrário, o Brasil intensificou, entre 2003 e 2016, tanto a participação das importações de bens de alta e média intensidade tecnológica – de 36,6% para 50,00% – quanto as exportações de produtos primários, intensivos em recursos naturais e com menor intensidade tecnológica – de 65,64% para 87,52%.

**Tabela 2. Comércio internacional por intensidade tecnológica**

Intensidade Tecnológica	Exportações			Importações		
	2003	2010	2016	2003	2010	2016
<b>Manufaturados com alta I.T.</b>	7.47	5.36	6.21	14.67	17.99	18.69
<b>Manufaturados com média I.T.</b>	24.68	18.95	2.70	21.93	33.47	36.31
<b>Manufaturados com baixa I.T.</b>	11.20	5.99	7.44	3.99	86.84	8.19
<b>Manufaturados intensivos e Rec. Nat.</b>	24.33	20.86	24.93	12.29	17.18	17.91
<b>Produtos Primários</b>	30.11	45.85	55.15	11.97	12.59	8.96
<b>Outros</b>	2.22	2.99	3.56	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>	<b>100.00</b>

Fonte: SIGCI-CEPAL. Elaboração própria.

<sup>34</sup> Roubini (2017), KPMG (2017, p. 16), Medeiros (2010, p. 8-9), Carneiro (2017, p. 10-12) e Macedo e Silva (2010, p. 25).

Por conseguinte, a aceleração inflacionária, o surgimento do déficit comercial e a maior desaceleração do comércio global a partir de 2014 esgotaram as possibilidades de o governo Dilma conciliar o mínimo de crescimento com a estabilidade dos indicadores de solvência. Pressionada pela burguesia dos negócios, subordinada à ordem financeira global e preocupada com as possíveis fugas de capitais decorrentes da redução das reservas internacionais, Dilma não teve outra escolha senão acenar ao mercado, promovendo um profundo ajuste recessivo, revertendo o déficit comercial à custa da instabilidade fiscal e financeira estatal – haja vista o efeito recessivo da redução dos gastos públicos sobre a demanda agregada e sobre as receitas públicas.

Se é fato que a crise política aprofundou a recessão, cabe mencionar, por fim, que a crise econômica era latente, associada ao acúmulo de contradições do projeto econômico petista. Considerando-se os ajustes da economia brasileira à ordem global, a integração econômica dependente durante o governo Lula, a incapacidade do Estado em planejar, coordenar e liderar os investimentos, o modelo de crescimento apoiado na modernização dos padrões de consumo, a regressão da estrutura produtiva e a maior desaceleração dos fluxos comerciais e financeiros entre 2014 e 2016, a política econômica de Dilma foi incapaz de romper a “camisa de força” da ordem global/neoliberal.

### **Considerações finais**

Observamos, ao longo dos últimos quarenta anos, uma significativa integração financeira, produtiva e comercial entre os países ao redor do mundo, encabeçada pelas estratégias de expansão e valorização das corporações transnacionais. Carente de uma superestrutura supranacional de comando adequado, o processo de financeirização e as transformações industriais se articularam às forças produtivas em escala mundial, intensificaram a incontrollabilidade do movimento autoexpansivo, totalizador, irresistível e irrestringível do capital global, enfraquecendo os Estados nacionais,

solapando seus centros internos de decisão e, por conseguinte, sua autonomia de política econômica.

Durante os anos 1990, o Brasil realizou um conjunto de reformas objetivando se adequar aos novos parâmetros da ordem econômica mundial. Salva pelo movimento precoce de financeirização da economia brasileira – desde a ditadura militar – e pela estatização da dívida externa, a burguesia brasileira transformou-se, ao longo desse processo, numa burguesia dos negócios, abdicando da indústria nacional em prol da ciranda financeira da dívida pública, da espoliação dos recursos naturais e da intermediação e venda do patrimônio público. As aberturas comerciais e financeiras, as privatizações, a desnacionalização, a lei de responsabilidade fiscal e o tripé macroeconômico não apenas enfraqueceram a capacidade do Estado em estimular e coordenar os investimentos necessários ao crescimento, como colocaram uma camisa de força sobre as possibilidades de adoção de políticas econômicas autônomas aos ciclos comerciais e de liquidez internacional.

Nesse contexto, por mais que tenham existido políticas indutoras do crescimento ao longo dos governos de Lula, buscamos demonstrar que essas não apenas subordinaram-se aos fluxos comerciais e financeiros excepcionais durante seus mandatos, como não reverteram, mas aprofundaram, a integração dependente da economia brasileira à ordem neoliberal. Se, num primeiro momento, o ciclo de *commodities* e de liquidez permitiu ao governo combinar políticas monetárias e fiscais expansionistas com a realização do tripé macroeconômico, num segundo momento, a reversão do ciclo internacional explicitou todas as contradições da estratégia de crescimento apoiada na modernização dos padrões de consumo: apreciação cambial, aumento do passivo externo, expansão do coeficiente de exportação e importação, reprimarização da pauta exportadora, aumento da importação de insumos e bens tecnologicamente mais elaborados e desindustrialização.

O contexto econômico internacional adverso encontrado por Dilma ao longo dos seus mandatos, o aprofundamento do déficit das contas externas, a reversão da estrutura produtiva e a maior dependência comercial,

financeira e tecnológica restringiram a já precária capacidade de indução econômica compatível com os parâmetros de disciplina, de estabilidade e solvência impostos pelo tripé macroeconômico. O breve “ensaio desenvolvimentista” elucidou esses antagonismos e explicitou as hierarquias políticas e os limites da aliança de classes construída ao redor do lulismo. Ainda que a o golpe político-institucional tenha aprofundado a crise econômica, esta já se encontrava latente, prenhe do modelo de crescimento apoiado no antagonismo entre a modernização dos padrões de consumo e a integração dependente da economia brasileira. Por conseguinte, em vez de construirmos “as bases do novo desenvolvimentismo”, intensificamos nossa reversão neocolonial.

## Referências

- BARBOSA, F. H. “Crises econômicas e política de 2015: origens e consequências”, *Revista Conjuntura Econômica*, vol. 69, nº 9, setembro de 2015.
- BARBOSA, F. H. & PESSOA, S. “Desaceleração recente da economia”. In: CENTRODE DEBATES DE POLÍTICAS PÚBLICAS. *Sob a luz do sol: uma agenda para o Brasil*. CDPP, 2014.
- BARBOSA, N. & SOUZA, J. A. P. “A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de Renda”. In: SADER, E. & GARCIA, M. A. (orgs.) *Brasil: entre o passado e o futuro*. São Paulo: Fundação Perseu-Abramo e Boitempo, 2010.
- BARNET, R. & MULLER, R. *Global Reach: The Power of the Multinational Corporation*. New York: Simon and Schuster, 1974.
- BELLUZZO, L.G. & ALMEIDA, J.S. *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BIELSCHOWSKY, R. “Estratégia de desenvolvimento e as três fontes de expansão no Brasil: um desenho conceitual”, *Economia e Sociedade*, vol. 21, número especial, p. 729-747, Campinas, dezembro de 2012.
- BNDES *Desestatização*. 2015. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao>.
- BOITO JR., A. “Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder”. In: BOITO JR., A. & GALVÃO, A. (orgs.) *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012a.
- \_\_\_\_\_. “As bases políticas do neodesenvolvimentismo”. In: *Fórum Econômico da FGV-SP*. 2012b. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf?sequence=1>.

\_\_\_\_\_. “A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia”, *Crítica Marxista*, nº 42, p. 155-162, 2016.

BRAGA, J.C.; OLIVEIRA, G. C.; WOLF, P. J. W.; PALLUDETTO, A. W. A. & SILVA, S. D. “For a political economy of financialization: theory and evidence”. In: *Economia e Sociedade*, vol. 26, número especial, p. 829-856, Campinas, dezembro de 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Onde foi que erramos?”. In: *Folha de São Paulo*, Ilustríssima, São Paulo, 27 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. “Reindustrialização versus juro alto e câmbio valorizado”, *Interesse Nacional*, novembro de 2017 – janeiro de 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. & GALA, P. “Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento”, *Revista de Economia Política*, n. 30 (4), 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; NASSIF, A. & FEIJÓ, C. “A reconstrução da indústria brasileira: a conexão entre o regime macroeconômico e a política industrial”, *Brazilian Journal of Political Economy*, n. 36 (3), 2016.

CARNEIRO, R. *O desenvolvimento brasileiro pós-crise financeira: oportunidades e riscos*. Textos avulsos, no 4, CECOM – Unicamp, Campinas, agosto de 2010.

\_\_\_\_\_. *Navegando a contravento: uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do governo Dilma Rousseff*. Campinas: IE/Unicamp, 2017.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

CRUZ, P. D. “Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta”, *Nova Economia*, vol. 4, no 1, agosto de 1995.

D’ANGELO, F. *Mobilidade de capitais e vulnerabilidade externa do Brasil: a nova qualidade da dependência financeira (1990-2010)*. Dissertação de mestrado. Instituto de Economia – Unicamp, Campinas, 2011.

ESPÓSITO, M. *A importância do capital internacional nas transformações da estrutura produtiva brasileira: da industrialização à desindustrialização*. Dissertação de mestrado. Instituto de Economia - Unicamp, Campinas, 2016.

FURTADO, C. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1980.

\_\_\_\_\_. *Transformação e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, R. “Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 31, p. 5-30, São Paulo, fevereiro de 2012.

\_\_\_\_\_. “Balanço crítico da economia brasileira no governo do Partido dos Trabalhadores”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 37, p. 7-39, São Paulo, janeiro de 2014.

HENRIQUES, T. F. *Contribuição ao debate crítico sobre o papel das commodities primárias no desenvolvimento latino-americano (2003-2013)*. Dissertação de mestrado – Instituto de Economia, – Unicamp, Campinas, 2015.

HÿMER, S. *Empresas Multinacionales: La Internacionalización del Capital*. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1972.

IBGE *Finanças Públicas do Brasil – 2001-2002*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv4537.pdf>.

KPMG “The Global Financial Crisis: 10 Years On”, *KMG Economics*, August 2017.

MACEDO & SILVA “*O Expresso do Oriente: redistribuindo a produção e o comércio globais*”. Observatório da Economia Global, Textos avulsos, nº2, Instituto de Economia – Unicamp, Campinas, 2010.

- MATTHEWS, N. “A Detailed Analysis of The Fed’s Crisis Response”. In: WRAY, R. (ed.). *Reforming the fed’s policy response in the era of shadow banking*. New York: Levy Economics Institute and Ford Foundation, 2015.
- MEDEIROS, C. A. “O ciclo recente de crescimento chinês e seus desafios”. Observatório da Economia Global, Textos avulsos, no3, Instituto de Economia – Unicamp, Campinas, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira*. Brasília: IPEA, 2015.
- MERCADANTE, A. *As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do Governo Lula – 2003-2010*. Tese de Doutorado – Instituto de Economia – Unicamp, Campinas, 2010.
- MESQUITA, M. “A política econômica do governo Dilma: a volta ao experimentalismo”. In: CENTRO DE DEBATES DE POLÍTICAS PÚBLICAS. *Sob a luz do sol: uma agenda para o Brasil*. CDPP, 2014, p. 3-15.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012..
- MICHALET, C. A. *O Capitalismo Mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983..
- MOURA DA SILVA, A. *Intermediação financeira no Brasil: origens, estrutura e problemas*. FIPE/USP, 1979, mimeo.
- OECD *Interconnected Economies: Benefiting From Global Value Chains: Synthesis Report*, 2013. Disponível em: <https://www.oecd.org/sti/ind/interconnected-economies-GVCs-synthesis.pdf>.
- PANITCH, L. & GINDIN, S. *The Making of Global Capitalism*. London & New York: Verso, 2012.
- PRADO JR., C. *A revolução brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972 (1966).
- ROSSI, P. L. “O mercado internacional de moedas, o carrytrade e as taxas de câmbio”. Observatório da Economia Global, Textos avulsos, nº 5, Instituto de Economia – Unicamp, Campinas, 2010.



ROUBINI, N. *Eco Monitor Flashback: Roubini's IMF Speech*. September 2010 (2006). Disponível em: <http://archive.economonitor.com/nouriel/2010/09/02/economonitor-flashback-roubinis-imf-speech-september-7-2006/>.

\_\_\_\_\_. “Crisis Economics! A Return to the Abyss”, *International Economy – The Magazine of International Economy*, New York, Summer 2010.

\_\_\_\_\_. “Central banks are ending policies like QE: But They’ll be Back”. In: *The Guardian*, International Edition; July 10th 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2017/jul/10/central-banks-qe-unconventional-monetary-policies>.

SAMPAIO JR., P. A. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. “Globalização e reversão neocolonial”. In: HOYOS VÁSQUEZ, G. (org.) *Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía*. Buenos Aires: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), 2007.

\_\_\_\_\_. “Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial”, *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, vol.1, no3, edição especial – Dossiê: A crise atual do capitalismo, p. 85-95, dezembro de 2011.

\_\_\_\_\_. “Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa”, *Serviço Social & Sociedade*, no 112, p. 672-688, São Paulo, outubro - dezembro de 2012.

\_\_\_\_\_. “As esperanças que não vingaram”. In: SAMPAIO JR. *Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma*. São Paulo: Amarante, 2017.

SARTI, F. & LAPLANE, M. F. “O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990”, *Economia e Sociedade*, vol. 11, no 1 (18), p. 63-94, Campinas, janeiro - junho de 2002

SERRANO, F. & SUMMA, R. *Demanda Agregada e a Desaceleração do Crescimento Econômico Brasileiro de 2011 a 2014*. Washington, D.C.: Center for Economic and Policy Research, August 2015.

SINGER, A. “Raízes ideológicas do lulismo”, *Novos Estudos*, no85, 2009.

\_\_\_\_\_. “O sonho rooseveltiano do segundo mandato”. In: SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras/Biblioteca do Exilado/Le Livros, 2012 (versão online).

\_\_\_\_\_. “Cutucando onças com varas curtas: oensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)”, *Novos Estudos*, no102, julho de 2015.

SOARES, P. “País privatizou 165 empresas entre 91 e 2002”. In: *Folha de São Paulo*, Mercado, 21 de dezembro de 2004. Disponível online: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/f12112200423.htm>.

STRANGE, S. “The persistent myth of lost hegemony”, *International Organization*, vol. 41, no 4, 1987.

TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

WOOD, E. M. *Empire of Capital*. New York: Verso, 2005.